

1 **ATA DA DUCENTÉSIMA QUADRAGÉSIMA TERCEIRA REUNIÃO ORDINÁRIA DO**  
2 **CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL – CMAS, REALIZADA NO DIA**  
3 **DOZE DE MAIO DE 2016, NA SEDE DA SECRETARIA MUNICIPAL DO**  
4 **DESENVOLVIMENTO SOCIAL E CIDADANIA-SEMDESC. HORÁRIO: 13h47min.**  
5 **QUÓRUM DE ABERTURA:** Constatada a presença dos conselheiros (as): **Ana Paula Santos**  
6 **Machado Ramos** (representante do governo - SEMDESC); **Eudes Barbosa da Costa**  
7 (representante do governo – Gabinete); **Rosilene Cordeiro Máximo da Cunha** (representante da  
8 sociedade civil – Mão Amiga); **Dorvelina Olinda de Oliveira** (representante do governo –  
9 Fazenda); **Lucidalva Barreto dos Santos** (representante da sociedade civil – titular - Assistentes  
10 Sociais); **Severina Alda de Aguiar** (representante da sociedade civil – suplente - Assistentes  
11 Sociais); **Neuzira Cardoso Otoni** (representante da sociedade civil – Psicólogos); **Grace Chiaritti**  
12 **de Oliveira Alves** (representante da sociedade civil – suplente - APAE); **Clarice José Pires**  
13 (representante da sociedade civil – titular – APAE); **Marli Rodrigues Xavier Brito** (representante  
14 da sociedade civil – Abrigo Frei Anselmo); **Ilma Costa Marques** (representante da sociedade civil  
15 – suplente – Associação Natal Justino da Costa); e **Nilma Vieira de Jesus** (representante da  
16 sociedade civil – titular – Associação Natal Justino da Costa). Presentes ainda, Isabel Aparecida  
17 Cruz Randi, técnica da SEMDESC e Larissa Carolina de Barros Menezes, Chefe da Divisão dos  
18 Conselhos ligados à Área Social. A presidente Ana Paula iniciou a reunião cumprimentando a  
19 todos. Passando ao ponto de pauta **“Apreciação do Relatório SIM-SUAS de ABRIL de 2016”**, Ana  
20 Paula informou a reabertura dos CRAS Pólo 2 e 3 com a convocação de técnicos pelo Processo  
21 Seletivo Simplificado – PSS, e da retomada da concessão do benefício eventual de passagem  
22 rodoviária para migrantes. Na oportunidade de apresentação da Proteção Social Especial, Rosilene  
23 questionou a ausência de atendimento psicológico do CREAS aos acolhidos da Associação Mão  
24 Amiga. Ana Paula ficou de averiguar a situação. Após a apresentação dos dados da Proteção Social  
25 Básica e da Proteção Social Especial e ainda do saldo financeiro do Piso Mineiro no valor de R\$  
26 150.746,94 (cento e cinqüenta mil setecentos e quarenta e seis reais e noventa e quatro centavos), os  
27 mesmos foram colocados para aprovação, sendo aprovados da seguinte forma: Neuzira (absteve),  
28 Ana Paula (aprovou), Rosilene (aprovou), Dorvelina (aprovou), Marli (aprovou), Eudes (aprovou),  
29 Nilma (aprovou), Clarice (aprovou), Lucidalva (aprovou). Em seguida Ana Paula sugeriu uma  
30 alteração da pauta, colocando a apresentação do relatório da Comissão de  
31 Análise de Instrumentos Legais que analisou a proposta de utilização do recurso do Piso de Alta  
32 Complexidade. Clarice procedeu a leitura da ata da Comissão, na qual recomendavam a partilha do  
33 recurso entre as entidades prestadoras do Serviço de Acolhimento e os equipamentos públicos  
34 estatais na modalidade de Casa Lares. Grace questionou se a divisão do recurso prejudicaria as  
35 Casas Lares que até então era a única beneficiada. Severina Alda informou que acreditava que o  
36 serviço ficaria prejudicado, por não poder contar com o apoio da comunidade, sendo um

37 equipamento público. Ana Paula discordou e falando como gestora falou entender que a própria  
38 situação vivenciada recentemente pela Associação Mão Amiga mostava que as entidades possuem  
39 uma dependência da comunidade que por vezes descaracterizam a responsabilidade do poder  
40 público. E que a divisão do recurso seria uma forma mais justa. Severina Alda questionou a  
41 dependência das entidades do recurso público. Marli e Rosilene falaram da questão de fazer-se jus  
42 ao direito de receberem o cofinanciamento. Lucidalva esclareceu que a destinação do recurso é  
43 determinada pela gestão e pelo Conselho, considerando a necessidade de cada serviço, e não  
44 somente uma partilha, tendo-se que analisar com calma uma possível inviabilidade da manutenção  
45 do serviço das Casas Lares. Após as discussões Ana Paula como gestora posicionou-se garantindo o  
46 funcionamento das Casas Lares. Colocada para votação a proposta de partilha do recurso em partes  
47 iguais entre o Abrigo Frei Anselmo, a Associação Mão Amiga e as Casas Lares, foi aprovada da  
48 seguinte forma: Neuzira (aprovou), Ana Paula (aprovou), Rosilene (aprovou), Dorvelina (aprovou),  
49 Marli (aprovou), Eudes (aprovou), Nilma (absteve), Clarice (aprovou), Lucidalva (aprovou).  
50 Passando ao ponto de pauta “*Plano de Ação 2016*”, foi apresentado o documento em sua forma  
51 impressa, lembrando que o Conselho teria até o dia 04 de julho para apreciação e deliberação. Os  
52 presentes decidiram por encaminhar o documento para análise da Comissão de Instrumentos Legais  
53 e posterior deliberação do CMAS. No ponto de pauta “*Demonstrativo Físico Financeiro Anual*  
54 *2016*”, foi colocada a necessidade de manifestação do Conselho com emissão de parecer até o dia  
55 31 de maio. Na leitura do documento, o servidor Lúcio de Sá, economista da SEMDESC,  
56 compareceu prestando alguns esclarecimentos. No entanto diante a complexidade dos  
57 questionamentos decidiu-se pela apreciação da Comissão de Análise de Instrumentos Legais,  
58 ficando agendada reunião para o dia 17 de maio, às 13h30min. E uma reunião extraordinária do  
59 Conselho para deliberação do documento para o dia 23 de maio às 13h30 min. Em informes gerais,  
60 Lucidalva falou do Plano de Ação de 2016 do CMAS e da realização da Audiência Pública. Falou  
61 também da questão habitacional, como estaria a atuação do Conselho de Habitação, e ainda do  
62 planejamento para utilização do recurso dos 3% do IGD-SUAS e do IGD-Bolsa Família, sugerindo  
63 como pontos de pauta para próxima reunião. Severina Alda ressaltou a necessidade de capacitação  
64 dos conselheiros e lembrou a aprovação de aquisição de um veículo o qual foi feito com recursos do  
65 IGD - Bolsa Família, no entanto para atendimento dos equipamentos de CRAS. Ana Paula  
66 informou desconhecer a existência do veículo, porém comprometeu-se em se inteirar da situação e  
67 resolver o problema. Severina Alda lembrou da necessidade de fazer um levantamento das  
68 pendências do CMAS, o qual ficou delegado a secretaria executiva do Conselho. Em seguida, Ana  
69 Paula falou da necessidade de mudança de sede do CRAS Pólo 3, uma vez que a entidade APAE,  
70 concessora do imóvel, solicitou a devolução do mesmo. Diante essa necessidade e a inviabilidade  
71 de outro imóvel no bairro, a administração municipal consultou o Ministério do Desenvolvimento  
72 Social e Combate à Fome – MDS acerca da situação das sedes das Cozinhas e Padarias

73 Comunitárias que estão inativas, sendo que foi informado que o município seria o proprietário dos  
74 imóveis, sendo de sua competência a destinação de uso dos mesmos. Dessa forma, após análise da  
75 viabilidade de continuidade do Projeto das Cozinhas e Padarias e ainda a indisponibilidade  
76 orçamentária, decidiu-se por readequar os espaços das sedes para instalação dos CRAS Pólos 2 e 3.  
77 Assim para custeamento das reformas necessárias, Ana Paula sugeriu a utilização do recurso do  
78 IGD-SUAS em conta com o saldo de R\$ 26.076,64 (vinte e seis mil setenta e seis reais e sessenta e  
79 quatro reais), que retirado os 3% destinados à manutenção do CMAS, seria de R\$ 25.294,35 (vinte e  
80 cinco mil duzentos e noventa e quatro reais e trinta e cinco centavos). Colocada a proposta de  
81 utilização do recurso do IGD-SUAS para readequação das sedes das Cozinhas e Padarias dos  
82 bairros Mamoeiros e Iuna para implantação de sedes próprias para os CRAS Pólo 2 e 3, a mesma  
83 foi aprovada da seguinte forma: Neuzira (aprovou), Ana Paula (aprovou), Rosilene (aprovou),  
84 Dorvelina (aprovou), Marli (aprovou), Eudes (aprovou), Nilma (aprovou), Clarice (aprovou),  
85 Lucidalva (aprovou). Deliberou-se ainda pela publicação de resolução ratificando o uso dos espaços  
86 única e exclusivamente com a finalidade proposta, de forma irrevogável. Nada mais havendo a  
87 tratar, a presidente encerrou a reunião, e eu, Isabel Aparecida Cruz Randi, lavrei essa ata que será  
88 lida e aprovada por todos os presentes. **ENCERRAMENTO: 16h35min.**

89